

... vai de roda... e gira... sem parar...

spn  
INFORMAÇÃO



## No Dia Mundial da Criança

“Se eu lhe contava algum mau sonho nascido das histórias do avô, ela sempre me tranquilizava: ‘Não faça caso, em sonhos não há firmeza’.

Pensava então que a minha avó, embora fosse também uma mulher muito sábia, não alcançava as alturas do meu avô, esse que, deitado debaixo da figueira, tendo ao lado o neto José, era capaz de pôr o universo em movimento apenas com duas palavras.”

*José Saramago,*

*na entrega do Nobel da Literatura (07.Dez.1998)*



DR (CAROL): Carolina Magalhães Bastos tem 9 anos e frequenta o Colégio das Caldinhas (Instituto Nun'Alvres), em Santo Tirso.

## Uma noite debaixo da figueira

José Saramago quando recebeu o prémio Nobel da Literatura fez um discurso. Os conteúdos do discurso eram sobre a sua infância. Nesta composição eu vou contar parte da sua infância.

Num dia de Verão quente, em tempos de praia, José era o único menino da sua classe que não ia para a praia, optava por ficar a escutar as histórias reais que o avô lhe contava. Eram histórias que para José não tinham fim. Eram histórias como o  $\pi$ , não terminavam.

O avô e o José numa noite em que a lua parecia que sorria para eles decidiram ir dormir debaixo da antiga e alta figueira. O avô contou-lhe um dos milagres de Deus, mas José acabou por adormecer.

No dia seguinte José acordou só. Só com a figueira atrás de si. Arrumou o saco-cama e com a barriga vazia foi tomar o pequeno-almoço com a avó e falou-lhe sobre os pesadelos que teve. E a avó respondeu-lhe “em sonhos não há firmeza”. ▸

*Carolina, Junho/2008*

## poema ao 25 de abril

num mundo sem beleza  
havia imensa tristeza

quando as pessoas falavam  
logo as torturavam

era proibido aos namorados  
andarem abraçados

um dia decidiram lutar  
para a liberdade conquistar

uma vendedora apareceu  
e aos soldados cravos ofereceu

no meio da confusão  
deu-se uma revolução ▸

*Carolina, Abril/2007*

**spn**  
INFORMAÇÃO

**Director** Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Adriano Teixeira de Sousa, Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Nuno Bessa, Rogério Ribeiro · **Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira

**Design Gráfico / Foto Capa** Adriano Rangel · **Paginação / Digitalização** Isto é comunicação visual, lda. · **Impressão** Heska Portuguesa, SA

**Propriedade** Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6  
**E-mail** spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

**Tiragem média** 23.500 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n°** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

# Manter o rumo

Um novo ciclo se abre na vida do nosso Sindicato. Realizadas as eleições dos corpos gerentes para o triénio 2008/2011 a lista S saiu vencedora com confortável maioria – conseguiu 72,3 % dos membros da nova Direcção, a Mesa da Assembleia-Geral e o Conselho Fiscal e de Jurisdição. Estes resultados traduzem a valorização que os nossos sócios fizeram do trabalho desenvolvido até aqui e a sua confiança na continuidade de um projecto que sempre os colocou no centro das atenções de sucessivas Direcções, sempre se norteou por preocupações de fazer reflectir os seus mais fundos interesses na acção sindical a desenvolver, sempre registou níveis altos de estudo, reflexão aberta e participação ampla na definição de cenários reivindicativos e na condução de processos de luta que se ajustassem à consecução de objectivos importantes para a classe, para a educação e para a sociedade em geral.

A independência do SPN face a qualquer tipo de pressões e intromissões exteriores, sejam de carácter partidário ou outras, fica assim devidamente salvaguardada, garantida como pedra de toque do nosso funcionamento colectivo, ontem como hoje e no futuro.

Por outro lado, a nossa inserção no trabalho da FENPROF será assim mantida ao nível do que sempre tem acontecido, não sendo necessário alterar nenhum dos 8 dirigentes que integram o Secretariado Nacional e que têm todos, sublinho todos, responsabilidades nacionais directamente atribuídas que vêm cumprindo com a dedicação que todos lhes reconhecem.

As lutas, difíceis e prolongadas, que teremos que enfrentar, agora e no futuro próximo, continuarão a exigir de todos os dirigentes, de todos os sindicatos, um grande empenhamento e uma grande capacidade de análise dos momentos políticos certos para se lançarem as lutas dos professores num caminho que só pode ser o da derrota destas políticas educativas, pois não é de prever a alteração das grandes linhas de ataque à escola pública e aos professores por parte de José Sócrates e Maria de Lurdes Rodrigues sem a acção firme e denodada de uma classe profissional que não se deixa vergar aos piores ditames do neoliberalismo em educação.

A Direcção do SPN, e os professores da região Norte que representa, saberá sempre assumir o seu papel nesta acção, ao lado de todos os sindicatos que constituem a maior e mais representativa Federação de professores neste país – a FENPROF. ▀



Felizarda Barradas

**NOTA:** Pelos Estatutos do Sindicato dos Professores do Norte, a coordenação do Sindicato decide-se ao nível dos corpos gerentes, aquando da primeira reunião da Direcção. A decisão aí tomada foi no sentido de que o SPN, neste mandato, passaria a ter uma coordenação bipartida, a cargo do Abel Macedo e da Manuela Mendonça. Por esse motivo, a responsabilidade pelo editorial de cada número passará a caber, de forma alternada, a estes dois dirigentes.

**Abel Macedo,**  
Coordenador do SPN

*ao serviço  
dos educadores  
e professores,  
da educação e da **escola**  
**pública***

**spn**  
*sempre*

*sindicato dos professores do norte*





# Governo penaliza alunos com

# NEE\*

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde é um factor de discriminação, pondo em causa a Escola Inclusiva ao afastar milhares de crianças e jovens das medidas de apoio de que necessitam. Em conferência de imprensa, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) denunciou a situação.

A publicação do Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de Janeiro, com a recente alteração introduzida pela Lei nº 21/2008, de 12 de Maio, introduz profundas alterações na área da Educação Especial, uma das mais graves das quais é a utilização da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – vulgarmente designada por CIF – para elegibilidade de alunos referenciados com necessidades educativas especiais (NEE) para obterem ou manterem apoios especializados.

Para a Fenprof, “a adopção da CIF para este efeito só pode ter um objectivo: afastar milhares de crianças e jovens das medidas de apoio da Educação Especial e, desta forma, reduzir drasticamente o número de professores no sistema, neste caso os de Educação Especial”.

**\* necessidades educativas especiais**

## ME impõe taxa de incidência

As medidas decretadas terão consequências muito graves já a partir de Setembro, calculando a Fenprof, pelos levantamentos que já começou a efectuar e pelas declarações dos responsáveis do Ministério da Educação (ME), que poderão atingir cerca de 60% dos alunos que deveriam ser e não serão devidamente apoiados. Na prática, o ME pretende que, tendo em conta o número de alunos que deverão ser apoiados, a taxa de incidência de NEE se situe entre os 1,5% e 2,2%, aconselhando às “equipas de monitorização” que esta se fixe nos 1,8%. Ora, de acordo com entidades que acompanham esta problemática no terreno – designadamente o Fórum de Estudos de Educação Inclusiva e o Centro de Desenvolvimento da Criança (CDC), do Centro Hospitalar de Coimbra –, a taxa de NEE na Educação Pré-Escolar e no Ensino Básico deverá situar-se entre os 10 e 11%. E mesmo que o apoio da Educação Especial dependesse exclusivamente da aplicação restritiva da CIF, na melhor das hipóteses encontrar-se-ia um valor acima dos 2,5% (CDC).

Nesta perspectiva, a Fenprof condena “a intolerável pressão que o ME tem vindo a exercer” sobre escolas de algumas zonas do Centro e do Sul, onde as referidas *equipas de monitorização* já estarão a proceder à reavaliação dos alunos com NEE por referência à CIF – “uma classificação que não provou ter qualquer utilidade e que tem vindo a ser posta em causa em vários países”, como consta de um relatório conjunto da Sociedade Portuguesa de Neuropediatria e do Colégio de Neuropediatria.

## Decisão deve ser da Educação

Os cortes são tão brutais – afastando da Educação Especial milhares de alunos até aqui abrangidos – que muitos docentes, médicos e psicólogos se têm recusado a participar nesta reavaliação.

A Fenprof lamenta, assim, que para este Governo tudo valha para reduzir o investimento numa área de fundamental importância para o desenvolvimento do país – a Educação. Uma posição sustentada na opinião de especialistas. No relatório atrás citado, pode ler-se:

“O apoio educativo deve ser fundamentado essencialmente em necessidades educativas particulares e não em necessidades de saúde, daí a inadequação da CIF (...) como critério de elegibilidade de serviços de educação especial. Os apoios devem dirigir-se a necessidades individuais específicas de cada criança e não a *rótulos* ou classificações.

Por outro lado, a fundamentação e a decisão relativa ao apoio é da responsabilidade da educação, devendo a informação médica ser complementar e reforçar a informação educativa, no processo de avaliação”. ▶



*Autonomia e Gestão das Escolas*

## **Caminhos de contestação ao novo regime**

ilustração retirada do cartaz da Fenprof "Defender a democracia na gestão das escolas"

O Decreto-Lei nº 75/2008 foi publicado no Diário da República de 22 de Abril. Em Maio, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) enviou uma carta aos presidentes das assembleias de escola/agrupamento, apelando a que remetessem para Setembro o processo de eleição do Conselho Geral Transitório (CGT), criando condições para que os educadores/professores pudessem conhecer melhor o decreto-lei e aprofundar a discussão sobre a forma como deveriam posicionar-se perante a sua entrada em vigor. Na carta, o Secretariado Nacional da Fenprof alertava, mais uma vez, para as consequências negativas da implementação do novo regime, nomeadamente ao nível do controlo administrativo da actividade docente, das relações de trabalho e do próprio clima de escola, concluindo que, se "o conselho geral transitório só pode proceder à eleição do presidente e deliberar estando constituído na sua totalidade", uma recusa colectiva dos docentes em integrar listas para o referido CGT impediria a consolidação deste modelo de gestão e obrigaria o Ministério da Educação (ME) a iniciar a sua revisão a curto prazo.

Apesar deste apelo, um mês depois constata-se que muitas escolas iniciaram já os procedimentos tendentes à constituição do CGT, verificando-se, na maioria destas, o aparecimento de listas de docentes para esse órgão – que vai elaborar e aprovar um regulamento interno que respeite as imposições deste normativo e, posteriormente, proceder à eleição do todo-poderoso director.

Neste processo, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e a Fenprof apenas podem fazer a sua parte: reafirmar a oposição ao novo regime, chamar a atenção dos professores para as suas implicações [caixa na pág. seguinte] e apelar a que não aceitem passivamente a sua imposição. Não podem tomar o lugar dos professores que, em cada escola, são chamados a intervir no processo de constituição do CGT. Nem podem decidir por eles não avançar com a implementação deste modelo e não consolidar este diploma.

## Pedida a apreciação parlamentar

Estando previsto para o início de Julho um encontro nacional para fazer o balanço deste processo, a Fenprof lançou entretanto (3.6.2008), nas escolas e on-line, uma petição dirigida à Assembleia da República, visando a alteração do modelo de gestão aprovado pelo DL 75/2008.

Os signatários da petição, tendo conhecimento da existência de uma proposta de apreciação parlamentar do diploma, que se prevê possa vir a ser discutida ainda nesta sessão legislativa, manifestam a sua preocupação relativamente ao ordenamento jurídico aprovado pelo Governo, sem qualquer avaliação prévia do regime em vigor e sem ter em conta as inúmeras críticas ao projecto formuladas por especialistas em Administração Escolar e pelo próprio Conselho Nacional de Educação.

Na petição, os educadores/professores reafirmam que este regime jurídico configura um retrocesso no funcionamento democrático da Escola Pública, porque recentraliza poderes, impõe soluções únicas em áreas onde até agora as escolas podiam decidir autonomamente e põe em causa os princípios da elegibilidade, colegialidade e participação – pilares de uma organização democrática da escola –, esperando que no processo de apreciação parlamentar seja avaliada a conformidade legal e constitucional do diploma, assim como a adequação das soluções que impõe face à investigação realizada em Portugal nesta área, incluindo as conclusões dos principais estudos solicitados e editados pelo próprio Ministério da Educação.

A maioria absoluta de que o Partido Socialista dispõe na Assembleia da República não permite grandes expectativas relativamente ao alcance desta ratificação legislativa. Mas esta discussão parlamentar representa mais uma oportunidade para os docentes afirmarem publicamente a sua oposição a um modelo autoritário de gestão, congruente com o paradigma de *professor-funcionário* que o Estatuto do ME impôs. O resultado dessa apreciação parlamentar não depende (só) de nós, mas não deixemos de fazer a nossa parte – assinar a petição em [www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt). ▶

**Manuela Mendonça,**  
coordenadora do SPN

## Espécie de panóptico benthamiano



Os pressupostos e as implicações deste regime foram bem caracterizados por Virgínio Sá, na intervenção que produziu no seminário “*Democracia na Escola Pública, Que Futuro?*”, promovido pela Fenprof durante o período de consulta pública do projecto de decreto-lei.

Numa comunicação com o título “*O professor sob suspeita e a escola como organização panóptica*”, o docente da Universidade do Minho associa este novo paradigma de escola a uma prisão em que as celas, totalmente envidraçadas, estão dispostas de forma circular, situando-se o gabinete do director no centro desse círculo. As paredes deste gabinete são também de vidro, só que este tem a particularidade de apenas permitir ver de dentro para fora. Conclusão: os presos agem como se estivessem a ser permanentemente observados.

Transcreve-se em seguida o último parágrafo dessa comunicação:

“A inteligibilidade do documento agora em apreciação pressupõe a sua integração no puzzle mais complexo do qual é parte integrante. Essa ‘contextualização’ confere um sentido específico a algumas das

propostas que o integram. Desde logo, sobressai uma *invariante* (estrutural?) que atravessa de forma indelével o referido puzzle: uma desconfiança, quase obsessiva, em relação à classe docente. A concepção ‘tayloriana’ do professor subjacente à generalidade das medidas de política educativa da actual equipa ministerial, combinada com a obsessão performativa de procura de ‘resultados’, conduzem *logicamente* à necessidade de fiscalização e controlo apertados e à consequente transformação da escola numa espécie de panóptico benthamiano. Pressupondo-se que, até prova em contrário, o professor *foge a responsabilidades, é preguiçoso, vadio e incompetente*, impõe-se-lhe a obrigatoriedade de *fazer prova* de que respeita escrupulosamente as ‘instruções’ intra e, sobretudo, supra-organizacionais. Neste contexto, o professor tenderá cada vez menos a *trabalhar com as crianças*, para a passar a *trabalhar as crianças* para que estas *brilhem nos testes*. As escolas, *naturalmente*, envolver-se-ão cada vez menos nos absorventes processos de promoção do sucesso educativo, para se dedicarem a vistosas encenações de *fabricação* dos resultados. Neste cenário, mais importante do que a *autenticidade*, parece ser a *plasticidade*, ou seja, a capacidade de ajustamento às demandas do momento, o que implica, desde logo, ‘reformular’ o próprio professor. É que, como alerta Ball, “A reforma não muda apenas o que nós fazemos, muda também quem somos”.

Já é tempo desta equipa ministerial respeitar a *pessoa* e o *profissional* que moram em cada professor!” ▶

## ME "fura" negociação do calendário escolar

Foi com enorme indignação que, ao final da tarde de 6 de Junho, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) recebeu um e-mail do gabinete do secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, dando conhecimento do despacho com o calendário escolar para o próximo ano lectivo.

Definido anualmente, o calendário escolar é matéria de negociação obrigatória (Artigo 6º da Lei nº 23/98, de 26 de Maio). Apesar disso, nos dois últimos anos, o ministério limitou-se a dar conhecimento dos despachos que o aprovaram, não os negociando como seria sua obrigação.

Este ano, em reunião com o secretário de Estado Adjunto e da Educação, Jorge Pedreira, a Fenprof recordou a necessidade dessa negociação, tendo o governante concordado. Inicialmente prevista para 30 de Maio, a negociação sobre a organização do ano escolar, incluindo os horários dos docentes e o calendário escolar, foi adiada para 12 de Junho, uma vez que os projectos de despacho ainda não estariam concluídos.

Mais uma vez mais, a Fenprof denunciou esta atitude do Ministério da Educação, que não só significa o desrespeito dos seus responsáveis por compromissos negociais assumidos, como viola a própria Lei da Negociação.

Posteriormente, em reunião realizada no ME em 12 de Junho, Jorge Pedreira voltou a admitir, afinal, negociar a matéria, em próxima reunião, a ter lugar a 25 do corrente.

### Particular e Cooperativo: profissionalização e habilitações

No dia 29 de Maio, foi publicado o Despacho n.º 14940/2008, que prevê a dispensa da profissionalização em serviço dos docentes em exercício no ensino particular e cooperativo, titulares do diploma do ensino primário particular, a quem estava vedado o acesso à profissionalização em serviço, por o documento em causa não conferir habilitação própria.

O diploma referido confere, a estes docentes, Habilitação Profissional, desde que "reúnam os seguintes requisitos cumulativos: tenham, no mínimo, 45 anos de idade, possuam, no mínimo, 20 anos de serviço e sejam detentores de contrato de trabalho ou pertençam ao quadro do estabelecimento de ensino".

Estes docentes só são considerados profissionalizados para exercer funções no ensino particular.

Este despacho, agora publicado vem dar resposta a uma reivindicação há muitos anos defendida por aqueles professores do 1.º ciclo e pelos seus Sindicatos, designadamente pelo SPN e pela FENPROF, que exigiam formas de completamento de habilitações adequadas e assim vêem finalmente consagrados os seus direitos.

Lembramos que idêntica medida e em condições algo semelhantes já havia sido garantida, através do Despacho n.º 7718/2007, de 26 de Abril, e outros anteriores, aos docentes dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário candidatos ao ensino público.



JPO

# São urgentes

**No final da manifestação promovida pela CGTP-IN no dia 5 de Junho, em Lisboa [ver centrais], os cerca de 200 mil participantes aprovaram a resolução "Não a esta revisão das leis laborais! Vida e trabalho digno para todos!".**

Ao ver-se obrigado a rever as suas próprias previsões económicas para 2008, apontando para uma significativa redução da taxa de crescimento e para o agravamento da inflação, o Governo confirma o fracasso das suas políticas, cujas consequências são particularmente visíveis no aumento do desemprego e da precariedade, nas desigualdades e no elevado índice de pobreza, que afecta cerca de dois milhões de portugueses.

Sem se escamotear os efeitos da conjuntura externa, marcada pela "crise" do mercado financeiro e pela especulação dos preços em várias áreas, em particular do crude, é um facto que as principais causas dos problemas residem nas políticas dos últimos governos, que sempre deram primazia à convergência nominal da economia, aos objectivos da redução cega do défice público e à sobrevalorização

do papel das exportações, em desfavor do desenvolvimento do tecido produtivo e da indispensável melhoria da procura interna, prosseguindo políticas erradas ou desfocadas em factores essenciais como a melhoria da produtividade e o reforço da educação, da formação, da qualificação e da inovação.

Em resultado dessas políticas erradas e das práticas patronais, o mercado de trabalho continua a deteriorar-se, acentuando-se um modelo de desenvolvimento assente em trabalho pouco qualificado e na exploração do trabalho precário, com imposição de baixos salários que penalizam particularmente os jovens, desperdiçando-se o saber de muitos trabalhadores que são atirados para o desemprego, para a emigração ou para a reforma antecipada.

Os salários estão a perder poder de compra diariamente, não só pelo incessante e insuportável aumento do preço de bens essenciais, mas





JPO

# novas políticas

também porque a sistemática subavaliação das previsões da inflação se transformou num autêntico roubo aos trabalhadores, programado anualmente.

Para além da perda do poder de compra das pensões, o Governo reduziu os seus valores, através da introdução do chamado factor de sustentabilidade e da não aplicação das regras sobre o período de transição para a nova fórmula de cálculo, acordada na Concertação Social em 2001, enquanto continua a definhir a qualidade dos serviços públicos essenciais para a população, nomeadamente nas áreas da Saúde, da Educação e da Justiça.

## Propostas de revisão agravam injustiça social

Estamos perante o empobrecimento progressivo da maioria dos trabalhadores, com dificuldades crescentes para os jovens, os pensionistas e reformados, em contraste com o enriquecimento escandaloso de um número reduzido de privilegiados, situação que coloca Portugal na linha da frente dos países da União Europeia com mais desigualdades sociais e a mais injusta distribuição da riqueza.

Múltiplas camadas da população, mas também pequenos e micro-empresários, sentem o aumento de dificuldades face à especulação financeira e ao aumento do preço de várias matérias, designadamente dos combustíveis e dos cereais, e vêem-se atingidos por políticas contrárias ao desenvolvimento económico e social, razões que os levam a intensificar os seus protestos e reclamações.

No actual contexto económico e social, são de gravidade acrescida as propostas de revisão da legislação de trabalho avançadas pelo Governo, nos sectores privado e público, pelos seus efeitos nefastos no já frágil equilíbrio do quadro de relações de trabalho existente, porque agravam a injustiça social e a pobreza, porque forçam mais trabalhadores à emigração, nomeadamente os jovens e os qualificados, e porque inviabilizam o necessário crescimento económico.

Por outro lado, a concretizarem-se, a manutenção ou aprofundamento da precariedade do trabalho – que as empresas de trabalho temporário ampliam – conduziriam ao abaixamento da qualidade do emprego, a uma maior degradação das condições de segurança e saúde dos trabalhadores e ao aumento do desemprego.

A revisão do Código do Trabalho visa impor a caducidade dos contratos de trabalho enquanto fonte de direitos e de progresso social e, com ela, a destruição de direitos conquistados por gerações de trabalhadores; subverter um dos princípios fundamentais do Direito do Trabalho (princípio do tratamento mais favorável), para que os patrões possam impor – por via de “contratação colectiva” estabelecida com sindicatos de conveniência – a introdução de normas mais desfavoráveis do que as estabelecidas na lei geral e fazer despedimentos com base na pretensa inaptidão do trabalhador. +

## Em causa o direito ao trabalho

O Governo e o patronato têm como objectivo reforçar escandalosamente o poder patronal e fragilizar os meios de defesa dos trabalhadores, embaratecer os custos do trabalho à custa da sua flexibilização, da redução das prestações sociais dos patrões para a Segurança Social e, acima de tudo, através do alongamento dos horários de trabalho e da redução dos salários, feita pela eliminação do pagamento do trabalho extraordinário, do trabalho em dias de descanso ou em fim-de-semana.

Patrões e Governo pretendem, de forma ignóbil, tornar-se os decisores sobre o tempo dos trabalhadores enquanto cidadãos, ou seja, decidir quando muito bem entenderem e unilateralmente, quantas horas, em que período do dia, e em que dias, os trabalhadores têm que prestar o trabalho, impondo sempre pagamento a singelo. O Governo não respeita a conciliação da vida familiar e trabalho e entrega aos patrões a decisão sobre o tempo de descanso e da vida familiar e social dos trabalhadores.

Para a Administração Pública, o Governo aprovou leis que põem em causa o direito ao trabalho e instalam a precariedade; generalizam os despedimentos individuais com base numa pretensa inadaptação ou em duas avaliações negativas; destroem todo o sistema de carreiras; introduzem o arbítrio a nível de remunerações; dotam as chefias de um poder discricionário...

Constata-se, entretanto, que a luta dos trabalhadores forçou o Governo a introduzir algumas melhorias nas suas propostas, designadamente: a eliminação do poder disciplinar para aplicar sanções aos reformados; a mudança obrigatória de posição remuneratória só ao fim de 10 anos; o recuo parcial na tentativa de retirar aos sindicatos o direito constitucional à negociação colectiva; a redução da duração máxima dos contratos a prazo e limitação dos recibos verdes; o estabelecimento de mais duas posições remuneratórias, embora só para os técnicos superiores. E será certo que, com o prosseguimento da nossa luta, conseguiremos mais resultados.



JPO

## Gravidade da situação exige empenhamento na luta

Os trabalhadores, e os portugueses em geral, sabem que o país está cada vez mais injusto e desigual e que a democracia se enfraquece progressivamente. Por isso, assumem ser necessária uma mudança de rumo nas políticas seguidas e reafirmam que não há solução para os actuais problemas com políticas que se traduzam na repetição e no agravamento do que de pior tem sido feito.

As manifestações de indignação e revolta, a que diariamente se assiste, são a justa expressão de um descontentamento social que não pode, nem deve, ser ignorado. A menos que se queira continuar a caminhar para o descalabro económico e o agravamento das condições de vida, aumentando perigosamente a instabilidade e a conflitualidade.

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN) entende que a melhoria da situação económica tem de passar por alterações de carácter conjuntural e estrutural e que esse processo tem de inscrever obrigatoriamente a dinamização do investimento; a melhoria dos salários dos trabalhadores; uma mais justa distribuição da riqueza; o assegurar do emprego com direitos e, no imediato, uma revisão salarial intercalar para os trabalhadores da Administração Pública e de outros sectores que neste momento estão a ser penalizados por terem tido actualizações salariais abaixo da inflação.

A gravidade da actual situação exige aos trabalhadores um forte e determinado compromisso de empenhamento na luta pela satisfação das suas reivindicações, contra as propostas de revisão do Código do Trabalho e das leis laborais da Administração Pública, pela melhoria dos salários e contra o aumento do custo de vida, por uma mudança de políticas que encaminhe o país para o desenvolvimento e o progresso social.

Este é o compromisso que assumimos perante os trabalhadores e os portugueses em geral. A CGTP-IN exige uma mudança de políticas que responda à satisfação das suas justas reivindicações, reafirmando que desenvolverá todas as formas de luta que considere necessárias. ▶

**A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e o Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup) receberam finalmente (27.05.2008) uma resposta de Mariano Gago ao pedido de reunião feito no dia 1 de Abril. Embora concordando com a sua realização, o ministro não admite negociar em férias, sugerindo que os sindicatos que lhe apresentem uma listagem de aspectos concretos a abordar na referida reunião.**

O ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior considera não estarem reunidas condições para a realização de negociações sobre vínculos, carreiras e remunerações na Administração Pública, por entender que o quadro legal não está completo – tal só acontecerá com a entrada em vigor do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, apontada para 1 de Janeiro de 2009.

A Fenprof e o SNESup pretendem justamente introduzir no quadro legislativo já definido, antes que ele se agrave e consolide, soluções adequadas à situação do Ensino Superior e da investigação científica, que têm:

- períodos probatórios muito superiores aos da função pública, que serviu de referência à legislação produzida;
- carreiras que, ao contrário da função pública, se desenvolvem durante muito tempo por contrato administrativo de provimento;
- processos de nomeação definitiva e de progressão baseados, há muito, em relatórios, concursos e provas.

As duas organizações destacam a importância do apoio dos professores/investigadores – manifestado através do abaixo-assinado – para retirar o ministro do mutismo a que se remeteu desde há um ano, continuando a trabalhar para reforçar essa mobilização, de modo a obter, desde já, resultados positivos no que se refere ao reconhecimento do direito a um vínculo estável e à progressão, na carreira e remuneratória, a quem cumpriu as exigências que lhe foram colocadas.

Paralelamente, estão a preparar o lançamento próximo de iniciativas de protesto contra a enorme precariedade no Ensino Superior Politécnico.

## Gago responde, mas não quer negociar

Face às recentes alterações na legislação sobre aposentação, visando aproximar (por redução dos benefícios) o regime de aposentação da Administração Pública ao dos restantes trabalhadores, a Fenprof elaborou um ponto de situação sobre as actuais condições de aposentação, de forma a que todos possam avaliar qual a penalização a que se sujeitam no caso de se aposentarem logo que o possam fazer, ou qual a bonificação que poderão alcançar se continuarem a trabalhar. O documento está disponível em [www.fenprof.pt/superior/](http://www.fenprof.pt/superior/) (Aposentação – Ponto da Situação) e nos complementos on-line da revista ([www.spn.pt](http://www.spn.pt)).

A aposentação tem, como se sabe, dois efeitos contraditórios nas instituições:

- um tem que ver com a importância da renovação dos corpos docentes e de investigação, e tem levado alguns a advogar a antecipação do limite de idade para os 65 anos. No entanto, o que se tem verificado, é que a substituição dos aposentados não tem sido realizada como devia, em razão dos violentos cortes orçamentais.
- o outro relaciona-se com a necessidade de aproveitar o mais possível o saber e a experiência dos que têm mais anos de trabalho. As insatisfações por falta de condições podem ser ultrapassadas ou melhoradas com a intervenção organizada, nomeadamente nos Sindicatos.

É com este objectivo que se mantém a petição que visa levar o MCTES à mesa de negociações (<http://www.petitiononline.com/negociar/petition.html>) e se apela à sua subscrição. ▶



Les ennemis de la poésie ont eu de tout temps l'obsession de la soumettre à leurs fins immédiates. (B. Péret, «Le déshonneur des poètes») – para o Serge, o Patrick e a Annick.

Quando fui aluno do Prof. Serge Abramovici – que conheci antes de conhecer o Saguenaill –, da Prof<sup>a</sup> Annick Perron e do Prof. Patrick Bernaudeau, o francês ainda não era uma língua clássica!

Ainda se achava que saber francês era uma coisa mais ou menos banal e, ao mesmo tempo, mais ou menos útil – fosse para se conseguir um emprego, fosse para se aceder a um mundo literário e cultural que ainda exercia alguma atracção sobre as pessoas em geral. Ir a Paris – de comboio ou de camioneta – era ainda o desejo anualmente renovado de muitos de nós, que ficávamos fascinados pela ideia das livrarias, dos teatros, dos monumentos de que ouvíamos falar desde a escola primária, das memórias da libertação e do Maio de 68 (memórias fisicamente espalhadas pela cidade).

Estou a falar da segunda metade dos anos 80: ir ver, in loco, o *Les Deux Magots* onde Sartre passava muito do seu tempo, as ruas em torno da Sorbonne onde subitamente se descobrira que sous les pavés la plage, os jardins em que as personagens da *Comédie Humaine* pareciam ter tido uma existência realmente real, verificar que o Louvre encerrava mesmo todas aquelas imagens que conhecíamos dos livros de História, ceder finalmente à tentação turística de subir à Torre Eiffel ou de espreitar os retratistas um tanto *kitsch* da Place du Tertre – tudo isto era ainda, para muitos alunos desta mesma Faculdade, uma aspiração e uma motivação para se juntar durante o ano o dinheiro que nos possibilitaria essa experiência.

Nesse tempo, ainda não havia *low-costs* nem Eurodisney. E a Faculdade ainda não se tinha resignado a ensinar o francês turístico, o francês empresarial, o francês *Linguaphone* do Quadro Europeu de Referência. Nessa altura, ainda se acreditava que o francês, sendo muito mais do que isso, era o instrumento privilegiado para

nos embebermos do cinema de Godard, dos textos de Rabelais, de Montaigne, de Molière, de Rimbaud, de Baudelaire, de Flaubert, de Sartre, de Ionesco, de Yourcenar, da música de Breil, de Moustaki e da Piaf, das óperas de Bizet e Gounod. Nessa altura, ler textos teóricos em francês, em todos os cursos (da História à Filosofia), era a via de acesso normal, corriqueira, a um conjunto de conhecimentos desejados e essenciais.

Para os meses em que ansiávamos pelo próximo salto a Paris, ou nos anos em que o dinheiro era mais curto e tínhamos de ficar por cá, havia no Porto alfarrabistas que vendiam livros franceses usados, havia a montra da Leitura sempre cheia de livros franceses novos. A televisão passava séries e filmes em francês. O Carlos Alberto passava filmes franceses. E havia o Instituto Francês, em frente ao oitocentista jardim da Praça da República (que tinha alguma coisa dos jardins de Paris), com uma biblioteca inesgotável – nunca esquecerei o cheiro a papel húmido e o silêncio misterioso que mandavam naquele sítio – e uma programação cultural que nos tornava mais próximos do cinema, da literatura e do pensamento que se desenvolviam em França e que, nessa altura, embora não fossem já o gosto maioritário, ainda reuniam muitos adeptos e curiosos.

Pode parecer que estou a falar de tempos remotos. Apenas 12 anos nos separavam do 25 de Abril quando entrei para a Faculdade e então ir ou não ir à praxe ainda significava, pasme-se, ser-se de direita ou de esquerda, ser-se reaccionário ou libertário! Tempos remotos, na verdade!

Tempos remotos em que o Governo Francês – antes de mandar fechar o Instituto Francês! – ainda pagava o salário de um leitor de Francês na Faculdade de Letras do Porto...

## Há professores que marcam

Foi nesse contexto que então conheci o *Lectorat de Français* da Faculdade. Era uma instituição: ficava numa sala no primeiro andar e era lá que os professores de Francês – uma legião deles – recebiam os alunos, realizavam orais e planeavam, à margem e em complemento das aulas que davam, actividades culturais em que tentavam envolver os alunos de forma entusiástica. Peças de teatro, ciclos de cinema, exposições de livros e jornais franceses, visitas de escritores franceses, publicações, colóquios, eram uma actividade constante.

**João Veloso,**

sócio SPN nº 15.462

(Faculdade de Letras da U.P.)



Em redor do *Lectorat* construíra-se uma fama inabalável, basicamente relacionada com dois temas dominantes: a exigência tirânica da generalidade dos leitores, a quem não escapava um erro de gramática ou uma falha cultural na aprendizagem do francês “literário” – o tal que nos preparava para ler filosofia ou linguística e não para fazer o *check-in* da Ryanair (para o qual basta o *franglais*, na melhor das hipóteses); e a excentricidade de alguns dos leitores, alguns verdadeiramente lendários.

Havia o que, dizia-se, tinha um colchão e uma colecção de garrafas de vinho do Porto vazias no gabinete. Havia o que, dizia-se, comparava as alunas de chiclete a seres ruminantes (“*comme une vache*”). Havia o que, dizia-se, não tolerava um sussurro na aula e tinha frequentes explosões de mau génio. Havia o que sabia o *Candide* de cor. Havia o que andava de socas. Havia o que deixara todos os livros à livraria da Associação de Estudantes para a ajudar a recolher fundos. Havia o que pedia duas doses de feijoada na cantina e que sobre elas vertia uma sopa e um jarro de vinho. Havia o que tinha vindo a pé de França e não usava sapatos e tinha entrado pela fronteira de Quintanilha onde o confundiram com Jesus Cristo. +



Maio  
2008

Nessa altura, olhávamos para estes leitores com reverência, misturando a admiração por um saber aparentemente sem fim com a comprovação de que estes seres – os que tinham estado no Maio de 68 e vinham do país e da cultura que nos fascinava – existiam mesmo, eram de carne e osso, falavam com entoação cabalística a língua cartesiana de cuja perfeição tentávamos aproximar-nos, marcavam pela diferença libertária uma faculdade onde perduravam, em muitos sectores, tiques cinzentos e conformistas.

Conheci o Prof. Serge Abramovici em 1987. Em 1986, tinha conhecido os Profs. Alain Jacquart e Annick Perron. Em 1988, vim a ser aluno do Prof. Patrick Bernaudeau. Em 1989, do Prof. Benoît Connort (o então leitor do Governo Francês...). Fui também aluno da Prof<sup>a</sup> Regina Guimarães (oficialmente, Madame Abramovici), da Prof<sup>a</sup> Françoise Bacquelaine e da Prof<sup>a</sup> Martine Rebello de Carvalho. Ainda cheguei a conviver com o Prof. Régis Salado e conheci, “de vista”, a Madame Rotheval e o Prof. Ilídio de Sousa. E quando cheguei à Faculdade o nome de Monsieur Baradat ainda acordava mentes indespertas.

A maior parte destes nomes são hoje, para a maior parte dos actuais alunos da Faculdade, cadeias sonoras que não evocam rostos, nem vozes, nem histórias, nem recordações de espécie alguma. Qualquer um de nós que tenha privado com qualquer um deles, porém, sabe por que digo que ter sido aluno deles foi uma coisa que marca para a vida, que a simples recordação da sua existência não deixa ninguém indiferente, que hoje a Faculdade é o que é em parte porque eles passaram aqui algum tempo das suas vidas, que a sua herança vai muito para além do laço administrativo que os une ou uniu temporariamente ao serviço docente.

### Alunos como se fossem filhos

Se a nossa vida se pode comparar a uma estrada sinuosa em que, em dados pontos do percurso, deparados com uma encruzilhada, temos de escolher entre seguir um caminho ou outro, se a nossa existência é como uma via longa em que a monotonia do caminho é às vezes interrompida por um ponto de referência – uma casa, uma árvore, uma lápide, uma curva –, o Prof. Serge, a Prof<sup>a</sup> Regina e o Prof. Patrick foram, na minha vida, pontos de viragem, referências no caminho percorrido. Eu hoje seria uma pessoa diferente – e uma pessoa pior – se não os tivesse encontrado na Faculdade de Letras do Porto há precisamente 20 anos.

Com eles, e com outros leitores do defunto *Lectorat*, aprendi, é certo, muito francês. Mas aprendi também muito mais do que francês. Aprendi como podemos fundir o que estudamos com a maneira de estar na vida, as crenças, a verticalidade, a coragem. Aprendi como atrás de cada porta que se abre há um corredor que acaba noutra porta que se abre para outro corredor no fim do qual há outra porta que nos leva a outro corredor que nos conduz a outra porta que nos leva a outro corredor, e assim sucessivamente até nos resignarmos à ideia de que só homens como o Serge sabem todas as portas e todos os corredores.

Com o Serge e a Regina aprendi outras coisas mais fundas, fundas como socos que nos atingem no estômago, depois dos quais nos levantamos sem voltarmos a ser os mesmos, como a cascavel que muda de pele. A vida é a soma das escolhas que fazemos. Há outros mundos possíveis à nossa espera debaixo deste que nos querem vender como o único possível – exactamente como sob os paralelos de Paris a praia de Maio de 68. A coragem e a verdade são a única chave para a vida verdadeira. Os livros redimem. A poesia lava. O cinema é mais real do que este mundo inosso em que nos movemos. A amizade aquece de verdade.

Uma vez li não sei onde que os professores dos conservatórios soviéticos adoptavam os seus alunos quase como filhos. Ensinavam-lhes música e fora das aulas levavam-nos aos museus, às exposições, aos espectáculos, cozinhavam para eles, passavam férias com eles, conversavam a toda a hora sobre os mesmos livros e as mesmas peças e os mesmos filmes.

Em 87/88, também eu fui adoptado pelos leitores de francês, pelos que eram então os meus “professores de francês” (o Serge e a Regina) e pelos que não o eram (o Patrick, por exemplo, que viria a sê-lo no ano seguinte). As tardes de sábado eram passadas a redigir (em francês) um guia cultural “alternativo”

da cidade do Porto. Um projecto em que professores e alunos se envolviam com alegria e entrega e que nos levava a jantares e festas animadas, informais e intermináveis, onde democraticamente todos éramos os pedreiros de um edifício comum. Rapidamente percebi que aqueles professores não eram uns professores quaisquer: eram os que se abriam para albergar – no sentido mais literal do termo –, os que tinham vontade de aprender aquilo que não vinha nos livros nem nos programas da Faculdade. Péret ou Lautréamont, Breton ou Rimbaud – autores que nunca mais voltei a ler, depois das suas aulas e por causa das suas aulas, como antes os lia.

Como nunca me esqueço da árvore que um dia me deu sombra, não me esqueço do abrigo que sempre encontrei em casa do Serge e da Regina, onde os dias se convertiam em noites e as noites novamente em dias, por onde passavam as pessoas que traziam consigo uma parte do mistério do mundo, onde os livros se misturavam com tantas coisas visíveis e invisíveis, onde tantas vezes comi, bebi, dormi e fui, envolto pela cumplicidade, pelas conversas que traziam outras conversas, pelos cigarros que traziam outros cigarros, pelos cálices que traziam outros cálices, pelos poemas que traziam outros poemas.

O que sempre admirei nas pessoas que entravam e saíam daquela casa e dos seus filmes e dos seus actos foi a mistura, a mais democrática e menos preconceituosa mistura de gente que alguma vez vi: os que andam descalços e os que andam calçados, os penteados e os emaranhados, os que fumam e os que não fumam, os que bebem e os que não bebem, os que andam de gravata e os que não andam de gravata, os ricos e os pobres, Serralves e a colectividade de Anselmo Braancamp, os nus e os escondidos, os ateus e os crentes, os pretos e os brancos, os casados e os solteiros, os com filhos e os sem filhos, os novos e os velhos.

### Da criação libertadora à incultura

No Serge e na Regina, sempre admirei a força com que recusam a palavra impossível. Quando à partida algo parece irrealizável – um filme, um livro, uma peça, porque não há dinheiro, porque não há meios, porque não há actores –, o impossível torna-se possível e do esforço colectivo e generoso dos muitos braços que se juntam à volta deles nasce sempre um objecto belo e valioso. Foi assim que se fez *A Puta Respeitadora*, a peça de Sartre traduzida pela Regina e levada à cena por uma companhia composta por alunos da Faculdade e dirigida pelo Serge com a cumplicidade de muitos. Faz agora 18 anos e estive em cena uma semana inteira na antiga sala do TEP, perto do Largo de Mompilher, num Porto também já extinto, granítico, solidário e simples.

Com o Serge, percebi que o surrealismo não é apenas um movimento estético e ideológico longínquo, encerrado nas histórias da literatura e nas aulas de análise de texto – é um estado de espírito que podemos vestir, um compromisso com a liberdade que podemos renovar todos os dias, desde que para isso tenhamos vontade, determinação e coragem.

Com o Serge, a Regina, a Annick, compreendi que o Maio de 68 não é uma efeméride encerrada em colóquios e outras exéquias; é um vento forte que passa à nossa frente e abre, se insistirmos e perdermos o medo, todas as portas e todos os ferrolhos.

Com o Serge e a Regina, comprovei o poder devorador do cinema, a grande ilusão do lado de lá, o poder devastador da grande literatura, da única literatura – cinema e literatura que são o condimento e o apelo da vida verdadeira e não luxos académicos ou entreténs de sofá. E senti que a criação artística liberta com uma força que não se doma.

A saída do Serge desta Faculdade – triste sinal dos tempos, preocupante sintoma de uma instituição que baixa os braços perante a incultura dominante – é uma biblioteca inteira que arde; é o convívio com um ser excepcional, único, que se vai perder; a saída do Serge e do Patrick é a ingratidão com que se vira as costas a alguém que durante 20 anos se entranhou nesta Faculdade e aqui acendeu as luzes de muitas cabeças; é um privilégio de que se abre mão; o lugar deles e o da Annick são lugares que ficarão para sempre vazios e este vazio magoa e dói e revolta. ▶



**João Veloso,**

sócio SPN nº 15.462

(Faculdade de Letras da U.P.)

**Nota:** Texto preparado para ter sido lido na invasão pacífica de uma das últimas aulas do Prof. Serge Abramovici, aliás Saguenaíl também, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP, 29.05.2008).

Serge Abramovici, Patrick Bernaudeau e Annick Perron não viram renovados este ano os respectivos contratos de trabalho com a FLUP.

Título e subtítulos da responsabilidade da «SPN-Informação».

## **200 mil exigiram mudança de políticas**

“É mesmo necessário o aumento do salário”

“O país não se endireita com políticas de direita”

“O custo de vida aumenta, o povo não aguenta”

“Direitos conquistados não podem ser roubados”

“A precariedade é injusta, os jovens estão em luta”

“Para o capital há milhões, para os salários só tostões”



**28 jun** 15h

**acção geral  
de protesto  
em todo  
o país**

**participa! faz ouvir a tua voz!**

Braga – Parque da Ponte  
Bragança – Largo dos Correios  
Porto – Praça da Batalha  
Viana do Castelo – Jardim D. Fernando  
Vila Real – Jardim Diogo Cão

No dia 13 de Maio realizou-se a eleição dos corpos gerentes do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) para o triénio 2008/2011, tendo-se verificado a participação de cerca de 40% dos sócios em condições estatutárias de poderem votar. Contabilizados os votos, presenciais e por correspondência, saiu vencedora a Lista S – pela qual se candidatava a maioria dos dirigentes cessantes, sob o lema “SEMPRE ao serviço dos educadores e professores, da educação e da escola pública”. Assim, a Lista S elegeu a Mesa da Assembleia-Geral, o Conselho Fiscal e de Jurisdição, a Direcção central e as direcções das áreas sindicais de Amarante, Braga, Bragança, Chaves, Mirandela,

Monção, Penafiel, Porto, Póvoa de Varzim e Vila Real. A outra lista candidata (A) elegeu os seus candidatos às direcções das áreas sindicais de Guimarães, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira, Viana do Castelo e Vila Nova Famalicão. O acto de posse realizou-se no dia 24 de Maio, em cerimónia que decorreu no auditório da Reitoria da Universidade do Porto.

#### Mesa da Assembleia-Geral

	A Favor	Branco	Nulos	Total
Lista A	2.349	212	27	5.789
Lista S	3.201			

#### Direcção

	A Favor	Branco	Nulos	Total
Lista A	2.392	156	30	5.789
Lista S	3.211			

#### Conselho Fiscal e Jurisdição

	A Favor	Branco	Nulos	Total
Lista A	2.338	228	26	5.789
Lista S	3.197			

#### Área Sindical de Amarante

	A Favor	Branco	Nulos	Total
Lista A	77	0	2	330
Lista S	251			

#### Área Sindical de Braga

	A Favor	Branco	Nulos	Total
Lista A	81	11	3	308
Lista S	213			

#### Área Sindical de Bragança

	A Favor	Branco	Nulos	Total
Lista A	72	10	1	404
Lista S	321			

#### Área Sindical de Chaves

	A Favor	Branco	Nulos	Total
Lista A	76	7	1	222
Lista S	138			

#### Área Sindical de Guimarães

	A Favor	Branco	Nulos	Total
Lista A	335	5	3	416
Lista S	73			

#### Área Sindical de Mirandela

	A Favor	Branco	Nulos	Total
Lista A	48	0	3	261
Lista S	210			

#### Área Sindical de Monção

	A Favor	Branco	Nulos	Total
Lista A	25	3	0	203
Lista S	175			

#### Área Sindical de Penafiel

	A Favor	Branco	Nulos	Total
Lista A	135	7	2	355
Lista S	211			

#### Área Sindical do Porto

	A Favor	Branco	Nulos	Total
Lista A	477	33	7	1.282
Lista S	765			

#### Área Sindical da Póvoa de Varzim

	A Favor	Branco	Nulos	Total
Lista A	104	16	1	516
Lista S	395			

#### Área Sindical de Santa Maria da Feira

	A Favor	Branco	Nulos	Total
Lista A	276	8	0	340
Lista S	56			

#### Área Sindical de São João da Madeira

	A Favor	Branco	Nulos	Total
Lista A	161	2	1	229
Lista S	65			

#### Área Sindical de Viana do Castelo

	A Favor	Branco	Nulos	Total
Lista A	220	5	0	360
Lista S	135			

#### Área Sindical de Vila Nova de Famalicão

	A Favor	Branco	Nulos	Total
Lista A	148	4	0	240
Lista S	88			

#### Área Sindical de Vila Real

	A Favor	Branco	Nulos	Total
Lista A	68	3	2	244
Lista S	171			



Depois de saudar os recém-eleitos corpos gerentes do SPN, o secretário-geral da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) sintetizou alguns aspectos mais relevantes da intervenção sindical docente, recordando as reivindicações aprovadas na Marcha da Indignação (8 de Março), o conteúdo do memorando de entendimento posteriormente assinado com o Ministério da Educação e as acções de protesto entretanto realizadas por todo o país. Na oportunidade, **MÁRIO NOGUEIRA** alertou, ainda, para matérias fundamentais como a avaliação do desempenho e a atitude de alguns conselhos executivos; o novo modelo de gestão com que o ME quer impor nas escolas o regresso ao passado; os horários de trabalho dos docentes; a situação na educação especial; a precariedade e a exploração que marcam as chamadas AEC's. A Fenprof e os seus sindicatos continuarão a opor-se com determinação e firmeza às políticas educativas que ponham em causa a dignidade profissional docente e os objectivos centrais da Escola Pública de Qualidade para Todos, garantiu.

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) esteve representado por um dos seus membros do Secretariado Nacional da Fenprof. **MANUEL GRILO** deixou uma "calorosa saudação a todos os elementos que integram os corpos gerentes" e sublinhou a combatividade e o destacado papel do SPN no âmbito da Federação, nas lutas e nos desafios que se colocam aos docentes e à Escola Pública, num momento particularmente difícil.



Intervindo em nome da Direcção do Sindicato dos Professores da Região Centro, **ROSA GADANHO** desejou "os melhores êxitos aos membros dos corpos gerentes agora eleitos". A coordenadora do Executivo Distrital de Aveiro do SPRC e membro do Conselho Nacional da Fenprof destacou esta etapa na vida do SPN, a intensa actividade desenvolvida pela Federação e pelos seus sindicatos e a necessidade de prosseguir, em todas as regiões e em todas as escolas do país, respondendo com firmeza às políticas erradas do ME.

Na sessão realizada no auditório da Reitoria da Universidade do Porto, **JOAQUIM PÁSCOA** deixou uma saudação fraternal dos professores da Zona Sul. O presidente do SPZS, e secretário nacional da Fenprof, realçou o trabalho dos sindicatos na "resistência às ofensivas do Ministério da Educação e do Governo", destacando que o SPN, bem como os outros sindicatos da Fenprof, se manterão "no caminho da luta e da unidade dos docentes, pela defesa da sua dignidade profissional".



Em representação do Sindicato dos Professores da Madeira, que recentemente realizou o seu 9º Congresso, **JOÃO SOUSA** dirigiu uma fraterna saudação ao colectivo do SPN, à sua Direcção e aos seus associados e, por seu intermédio, a todos os educadores e professores do Norte. O vice-coordenador do SPM, e membro do Secretariado Nacional, salientou "a importância das lutas, do esclarecimento e da mobilização dos educadores e professores no plano nacional e regional".

Porta-voz dos funcionários, **TERESA VELOSO** subiu à tribuna para dizer algumas palavras. Breves, lúcidas, objectivas e firmes. Outra coisa não se esperaria desta mulher que, de há muito, dá o melhor de si pelo SPN e pela Fenprof. Saudando os dirigentes sindicais que saem, os que ficam e os que entram de novo, deixou uma mensagem a todos: "Lembrem-se que as direcções vão mudando, mas nós ficamos". *Eles*, os funcionários – quis recordar a Teresa –, estão firmes, trabalhando sempre pelo reforço do SPN, na melhoria do serviço prestado aos associados e no apoio aos dirigentes. *Eles* – quis dizer a Teresa – também são garantia de futuro para o SPN. O movimento sindical e a democracia agradecem. ▶





## Aposentados foram à Tunísia

Um grande grupo de educadores/professores aposentados visitou, em Abril-Maio, toda a Tunísia.

Recordámos as Guerras Púnicas em Cartago e revisitámos o Império Romano em Jem. Estivemos nas Portas do Deserto e deliciámo-nos com os três tipos de oásis: de montanha, do deserto e marítimo.

As visitas à quarta cidade santa do Islão (Kairouane) e à mais antiga sinagoga existente (ilha de Djerba) mostraram-nos, também, a riqueza daquele país magrebino a nível cultural e turístico.

A completar tudo isto, não faltou muita animação, divertimento e descanso numa praia de Sousse. E até se escreveu um hino do professor-turista...

### Hino do professor-turista

Quero ser sempre viajante  
Olhando o mundo, vivendo cada instante  
E sendo assim, este sonho de esperança  
Sei que serei feliz  
Voltarei a ser criança.

Jubilados, peregrinos  
Consumidores assassinos  
De tudo o que aparece.  
As boutiques são pequenas  
P'ra albergar a nossa ânsia  
Do que a gente não carece.

Somos o terror das lojas  
Cambiamos nossos euros  
Com uma grande euforia.  
Somos felizes assim  
Vamos de bolsas vazias  
Mas com cheirinho a jasmim.

Temos ganas de correr  
D'avião ou autocarro  
De carroça ou de camelo  
Neste deserto da vida.  
Isto é o nosso oásis  
D'água pura p'ra beber.

Companheiros de viagem  
Amigos e solidários  
Em franca camaradagem.  
Com a lágrima no olho  
Vamos dizer um adeus  
Até à próxima viagem

## EXPO ZARAGOZA 2008

A direcção da Área Sindical de Bragança está a promover uma visita à Expo 2008, que está a decorrer em Saragoça sob o tema "Água e Desenvolvimento Sustentável". A iniciativa, para os dias 11 a 13 de Julho, terá o custo individual de 270€ e inclui transportes, alojamento em quarto duplo e pequeno-almoço nos dias 11 e 12 (Hotel El Cisne, localizado no centro da cidade), jantar do dia 11, almoço do dia 13 e entradas na exposição, nos dias 11 (Dia de Portugal na Expo) e 12. O regresso a Bragança será no dia 13, após visita guiada à cidade de Saragoça. Os interessados devem inscrever-se com a maior brevidade possível.





**ABRIL****I Série****22. Decreto-Lei 75/08**

Regulamenta o regime jurídico da autonomia, administração e gestão das escolas.

**24. Declaração de Rectificação 22-A/08**

Declaração de Rectificação da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro. Rectifica alguns artigos da lei que estabelece os regimes de vinculação, carreiras e remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.

**30. Portaria 343/08**

Fixa as condições ou cargos a identificar como de natureza técnico-pedagógica.

**30. Portaria 344/08**

Regulamenta o processo de reconhecimento dos ciclos de estudos conducentes aos graus de Mestre e de Doutor e dos próprios graus académicos obtidos por docentes profissionalizados, integrados na carreira, em domínio relacionado com a área científica que leccionem ou em Ciências da Educação.

**30. Portaria 345/08**

Estabelece as condições em que podem ser concedidas dispensas para formação ao pessoal docente da Educação Pré-Escolar e dos ensinos Básico e Secundário.

**30. Decreto Regulamentar Regional 9/08/M**

Aprova a orgânica da Direcção Regional de Educação da Madeira.

**II Série****16. Despacho 11.082/08**

Altera, para o ano lectivo 2008/09, alguns artigos do Despacho nº 256-A/ME/96, de 11 de Janeiro, que regula as regras de aplicação do contrato de associação entre os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e o Ministério da Educação.

**29. Despacho 12.138/08**

Nomeia o júri de exames dos ensinos Básico e Secundário e das provas de aferição para o ano 2008.

**MAIO****I Série****06. Decreto Regulamentar Regional 10/08/M**

Aprova a orgânica da Direcção Regional da Administração Educativa da Madeira.

**12. Lei 21/08**

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de Janeiro, que define os apoios especializados a prestar na Educação Pré-Escolar e nos ensinos Básico e Secundário dos sectores público, particular e cooperativo.

**21. Portaria 370/08 [MTSS/ME]**

Regula a criação e o funcionamento dos centros Novas Oportunidades, incluindo o encaminhamento para formação e o reconhecimento, validação e certificação de competências.

**II Série****08. Despacho 13.018/08**

Calendário dos exames nacionais do Ensino Básico 2008 (fase única).

**08. Despacho 13.020/08**

Dispensa da profissionalização em serviço os professores do Ensino Artístico Especializado da música e da dança que reúnam determinados requisitos.

**14. Despacho 13.459/08**

Constitui uma Comissão Paritária com o objectivo de garantir o acompanhamento, pelas associações sindicais, do regime de avaliação de desempenho do pessoal docente.

**16. Aviso 15.188/08**

Publicitação das listas de ordenação e de exclusão do concurso de educadores e de professores dos ensinos Básico e Secundário para o ano escolar 2008/09.

**19. Despacho 13.481/08**

Constitui uma comissão de avaliação e certificação dos manuais escolares da disciplina de Estudo do Meio dos 3º e 4º anos de escolaridade.

**23. Despacho 14.310/08**

Define orientações relativamente ao funcionamento dos centros Novas Oportunidades para o ano lectivo 2008/09.

**26. Despacho 14.460/08**

Regulamenta o acesso ao financiamento do programa das actividades de enriquecimento curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico.

**29. Despacho 14.939/08**

Prevê os contingentes de docentes a destacar e a requisitar para o próximo ano lectivo. Revoga o Despacho nº 8.641/2006, de 18 de Abril.

**29. Despacho 14.940/08**

Dispensa da profissionalização em serviço os docentes que leccionam em estabelecimentos do ensino particular e cooperativo, titulares de diploma do ensino primário particular e que reúnam os seguintes requisitos: mínimo de 45 anos de idade e 20 anos de serviço e pertença ao quadro do estabelecimento de ensino.

**30. Decreto-Lei 90/08**

Estabelece o regime de acesso e ingresso nos estabelecimentos de Ensino Superior públicos e particulares para a frequência de ciclos de estudos de licenciatura e integrados de mestrado. Altera o Decreto-Lei nº 296-A/98, de 25 de Setembro.

**Avaliação do Desempenho**

Foi publicado em 23 de Maio o Decreto Regulamentar nº 11/2008, que define o regime transitório de avaliação de desempenho do pessoal docente.

No ano escolar 2007/08, este regime será aplicado aos docentes que têm direito a progredir na carreira e aos docentes contratados.

A avaliação simplificada inclui o preenchimento, pelo docente, de uma ficha de auto-avaliação, e pelo órgão de direcção executiva os parâmetros correspondentes à assiduidade, cumprimento do serviço distribuído e acções de formação contínua, quando exista oferta financiada.

No caso do pessoal docente contratado que tenha prestado serviço docente efectivo entre 120 dias e 6 meses consecutivos no mesmo agrupamento de escolas ou escola não agrupada, pode, a seu pedido, ser aplicado o procedimento de avaliação simplificado no ano escolar 2007/08.

Ao pessoal docente contratado que preste serviço docente efectivo por menos de 120 dias, aplica-se, a seu pedido, a avaliação simplificada, quando o contrato termine pelo menos 30 dias após a entrada em vigor do decreto regulamentar. Quando o contrato tenha terminado antes ou até 30 dias após a sua entrada em vigor, pode requerer a aplicação a esse tempo de serviço da classificação atribuída na primeira avaliação de desempenho a que seja sujeito. Os efeitos da atribuição das menções de "Regular" e "Insuficiente" na primeira avaliação realizada durante os anos escolares 2007/08 e 2008/09 ficam condicionados ao resultado de nova avaliação a realizar no ano escolar seguinte. Se dessa nova avaliação resultar a atribuição de uma menção igual ou superior a "Bom" não se aplicam os efeitos decorrentes das classificações anteriores e a nova classificação substitui a primitiva menção atribuída.



## Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil

Em 2002, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou o Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil para salientar a dimensão global deste fenómeno e para mobilizar o mundo para a sua eliminação. O dia assinala-se a 12 de Junho, sendo que este ano é dado um destaque especial à educação, pelo contributo que o acesso à escolaridade gratuita e obrigatória pode dar no combate a mais esta forma de exploração. A OIT estima que o trabalho infantil afecte, em todo o mundo, cerca de 165 milhões de crianças entre os 5 e os 14 anos. Muitas destas crianças cumprem longos horários de trabalho, frequentemente nas piores condições e muitas vezes em risco de vida.

O trabalho infantil está intimamente ligado à pobreza. Em Portugal, um dos dez países com maior risco de pobreza da União Europeia, também é assim. A realidade que se vive é alarmante. Os números apontam para 2 milhões de pobres e as desigualdades têm vindo a acentuar-se. Os ricos estão a ficar cada vez mais ricos e os pobres são cada vez mais pobres e em maior número. Como se tal não bastasse, e de acordo com as estatísticas do INA, publicadas no último trimestre de 2007, um terço da população activa (entre 16-64 anos) seria pobre se dependesse apenas dos rendimentos do trabalho, de capital e de transferências privadas. A pobreza não é só resultado do desemprego – são muito os pobres que estão empregados, e ter salário não significa que não se é pobre. A política de baixos salários levada a cabo por este governo conduz inevitavelmente a que as famílias recorram ao contributo do trabalho infantil, colocando assim a educação das suas crianças num plano secundário.

Sendo certo que em termos absolutos é muito diferente ser-se pobre em Portugal ou num qualquer país de África, em termos relativos já não é assim. A pobreza é fundamentalmente um problema social: é não ter recursos para participar nos hábitos e costumes da sociedade. Assim, embora em número bastante significativo, os pobres não são só os sem-abrigo e os que vivem em situação de miséria. Pobre é quem não consegue satisfazer de forma regular todas as necessidades básicas, assim consideradas numa sociedade como a nossa. E com a pobreza vem a exclusão. Como afirma Alfredo Bruto da Costa, coordenador de um estudo recentemente divulgado («Um Olhar Sobre a Pobreza»), “se uma criança pobre não pode vestir-se como os seus colegas para não ser ridicularizada, mesmo que tenha mais do que uma criança em África, sofre de exclusão”.

*Henrique Borges,*  
 *direcção do SPN*



## Educação é objetivo fundamental

No seu Relatório Global de 2006, a OIT apresentou o fim do trabalho infantil como “um objectivo ao nosso alcance”, tendo sido salientado o facto de a escolaridade obrigatória para crianças até aos 14 anos ter contribuído para acabar efectivamente com o trabalho infantil numa série de países. De facto, a educação assume uma posição central no âmbito dos direitos humanos, sendo essencial ao exercício de outros direitos humanos e ao desenvolvimento: a educação permite que crianças e jovens social e economicamente excluídos ultrapassem o limiar de pobreza; há uma maior probabilidade de que as crianças escolarizadas, quando adultas, mandem os seus próprios filhos para a escola; a educação das raparigas teve um impacto social particularmente positivo, reduzindo as taxas de natalidade e melhorando a saúde materna e infantil.

Nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), as Nações Unidas e a comunidade internacional fixaram metas que visam garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário e que se promova a igualdade de género na educação. Objectivos que, para serem concretizados, obrigam à eliminação dos factores responsáveis pelo trabalho infantil. Entre as medidas mais importantes, salientam-se:

- proporcionar escolaridade obrigatória e gratuita;
- eliminar os obstáculos à educação das raparigas;
- garantir que as crianças têm acesso, não só à escola, mas a um ambiente de aprendizagem seguro e de qualidade;
- retirar as crianças do trabalho infantil e proporcionar-lhes acesso à educação e formação;
- providenciar oportunidades educativas de compensação destinadas a crianças e jovens que não completaram o percurso educativo formal;
- colmatar a falta geral de professores e criar uma equipa docente profissional e qualificada;
- promover a adopção de leis sobre trabalho infantil e educação em conformidade com as normas internacionais;
- lutar contra a pobreza e criar condições de trabalho digno para adultos;
- sensibilizar a sociedade para a luta contra o trabalho infantil.

O combate ao trabalho infantil é – deve ser – uma tarefa de todos. Mas cabe, sobretudo, aos governantes adoptarem políticas capazes de promover uma melhor distribuição da riqueza e uma maior justiça social. E se é certo que a educação desempenha um papel importante neste combate, a exigência de uma Escola Pública de Qualidade para Todos e de uma profissão docente digna e valorizada devem constituir reivindicações sempre presentes nas nossas vidas. ▀

# 6 mitos sobre o trabalho infantil

1. **As crianças têm que trabalhar porque são pobres.** O exemplo de que a pobreza não justifica o trabalho infantil está na comparação entre o Quênia e a Zâmbia, países com níveis similares de pobreza, mas com números bem diferentes quanto a trabalho de menores (respectivamente 39% e 15%). Se este mito fosse verdade, o Quênia deveria ter um rendimento *per capita* muito superior ao da Zâmbia – e não tem.
2. **O contributo das crianças é fundamental para o rendimento familiar.** Muitas famílias vivem na pobreza e todo o dinheiro é fundamental, mas o Banco Mundial assegura que milhões de adultos não trabalham porque as tarefas são desempenhadas por crianças a um custo infinitamente mais baixo – questionário a empresários indianos revela que 80% dos inquiridos empregam crianças apenas porque é mais barato.
3. **As crianças trabalham melhor do que os adultos.** Sobretudo no sector têxtil, criou-se o mito de que as crianças conseguem trabalhar melhor do que os adultos porque têm as mãos mais pequenas. O argumento de que as crianças têm “atributos especiais” para o trabalho não é válido – os adultos têm capacidade física para trabalhar mais e melhor do que as crianças.
4. **O trabalho das crianças é necessário para que os países pobres se desenvolvam.** Não há qualquer estudo económico que confirme esta teoria. Historicamente, o motor de desenvolvimento é a educação e não o trabalho de crianças em idade escolar.
5. **O trabalho faz parte da educação das crianças.** Um estudo recente mostra que os adultos que trabalharam enquanto crianças produzem menos do que os colegas que começaram a trabalhar na idade adequada. A escola ensina mais do que a ler e a escrever. A educação “transforma” as crianças em adultos responsáveis.
6. **As crianças têm o direito de trabalhar se o quiserem fazer.** Todas as convenções internacionais defendem o direito à infância. Defendem e lutam pelo direito à educação e não pelo direito ao trabalho. Os direitos das crianças não são negociáveis nem dependentes de etnia, sexo ou religião.

Fonte: CNAsti (Confederação Nacional de Acção Sobre o Trabalho Infantil)

Invocar a dimensão social e política de Maio de 68 apresenta um inconveniente. Manifestações, greves, ocupação de fábricas, são acções que fazem parte do repertório histórico dos movimentos operários e, nos anos 1960, a França conheceu vários deste género, violentos mas localizados.

# Porque se revoltaram os estudantes?

Em 1968, a partir do dia 20 de Maio, deu-se início a uma greve alargada, abrangendo os mais diversos sectores de actividade: ensino, transportes, correios (PTT), rádio e televisão (ORTF), Sud-Aviation, Thompson-CSF, mas também um grande número de empresas médias e até taxistas... Como resultado, estabeleceram-se, a 27 de Junho, os acordos ditos “de Grenelle”. A natureza social do movimento e as suas reivindicações (salários, liberdades sindicais, liberdade de expressão) não deixam margem para dúvidas.

## O mistério da explosão estudantil

Fica apenas um mistério por desvendar: como explicar que os estudantes – não sendo assalariados, nem especialmente pobres – tenham estado na origem deste movimento? Activismo sindical? Todos concordam, mesmo a UNEF (União Nacional dos Estudantes de França), que os sindicatos de estudantes – mesmo tendo desempenhado um papel nos acontecimentos – apresentavam, na altura, uma situação pouco vantajosa: um número de efectivos muito reduzido (apenas 10% dos estudantes) e uma capacidade de actuação igualmente reduzida. Activismo político? Os movimentos de jovens encontravam-se, desde o fim da guerra da Argélia, divididos em pequenos grupos (socialistas, comunistas, trotskistas, maoistas) que disputavam o controlo dos sindicatos. Em 1968, a estimativa de estudantes com actividade política é inferior a 3% e apenas a guerra do Vietname conseguia reunir alguns milhares de manifestantes. É, aliás, em resposta à detenção de três de entre eles que, no dia 22 de Março de 1968, os “enraivecidos” de Nanterre ocupam o edifício da administração. Um mês e meio depois é encerrada a universidade, os estudantes de Nanterre instalam-se na Sorbonne, a polícia intervém a 3 de Maio e os motins começam. O mistério reside na repentina explosão de solidariedade dos estudantes de Paris e, em seguida, de toda a França, e mesmo dos estudantes de liceu, com uma vintena de revoltosos ameaçados de processo.

O sociólogo Pierre Bourdieu debruçou-se, com a seriedade que o caracteriza, sobre esta questão. Em 1968 encontrava-se do lado dos manifestantes e desentendeu-se com Raymond Aron, seu professor e defensor



de uma universidade liberal. Do lado de R. Aron está um outro sociólogo, Raymond Boudon, que a partir de 1969 publica análises sobre a “crise universitária francesa”. P. Bourdieu e R. Boudon encontram-se, portanto, em campos políticos opostos. No entanto, em 1984, P. Bourdieu proporá uma explicação da revolta dos estudantes muito semelhante à de R. Boudon. A tese, ilustrada com números, pode ser resumida da seguinte forma:

1. o número de estudantes universitários duplicou entre 1958 e 1968 (de 250.000 para 500.000);
2. as probabilidades de um diplomado aceder a um lugar de quadro superior diminuíram;
3. os estudantes de Sociologia (e de Psicologia, segundo P. Bourdieu) combinam, mais do que outros, uma origem social elevada com um percurso escolar medíocre;
4. estes, e os filósofos, fazem parte daqueles que mais contribuíram para o activismo de Maio de 68.

Conclusão: a revolta estudantil foi suscitada pela angústia de despromoção social sentida pelos seus principais animadores. Os outros foram arrastados. R. Boudon, adepto de estratégias subtis, acrescenta mesmo que a revolta teve lugar pouco antes dos exames que os estudantes em risco de insucesso não queriam afrontar. Quando os outros se aperceberam que iam perder o ano, o movimento cessou.

Como se vê, através do olhar severo de dois sociólogos, Maio de 68 não tem nada de uma explosão libertadora: é apenas a tradução violenta das preocupações de carreira de uma categoria de filhos de burgueses, ameaçados de despromoção social. Um quadro nada brilhante e, sobretudo, sem qualquer relação com as nobres exigências reclamadas. Nesta perspectiva, o Maio de 68 dos estudantes terá tido uma causa precisa, mas sem conteúdo nem ideal. R. Boudon, que não defendia o movimento, tinha razões para pensar desta forma, mas para P. Bourdieu o itinerário foi tortuoso: verificou a sua teoria à custa da sua própria corporação, a dos sociólogos. No entanto, para ele, Maio de 68 apresenta, apesar de tudo, uma virtude: a de ter feito eclodir a verdade em pleno dia.

### Eles não eram herdeiros

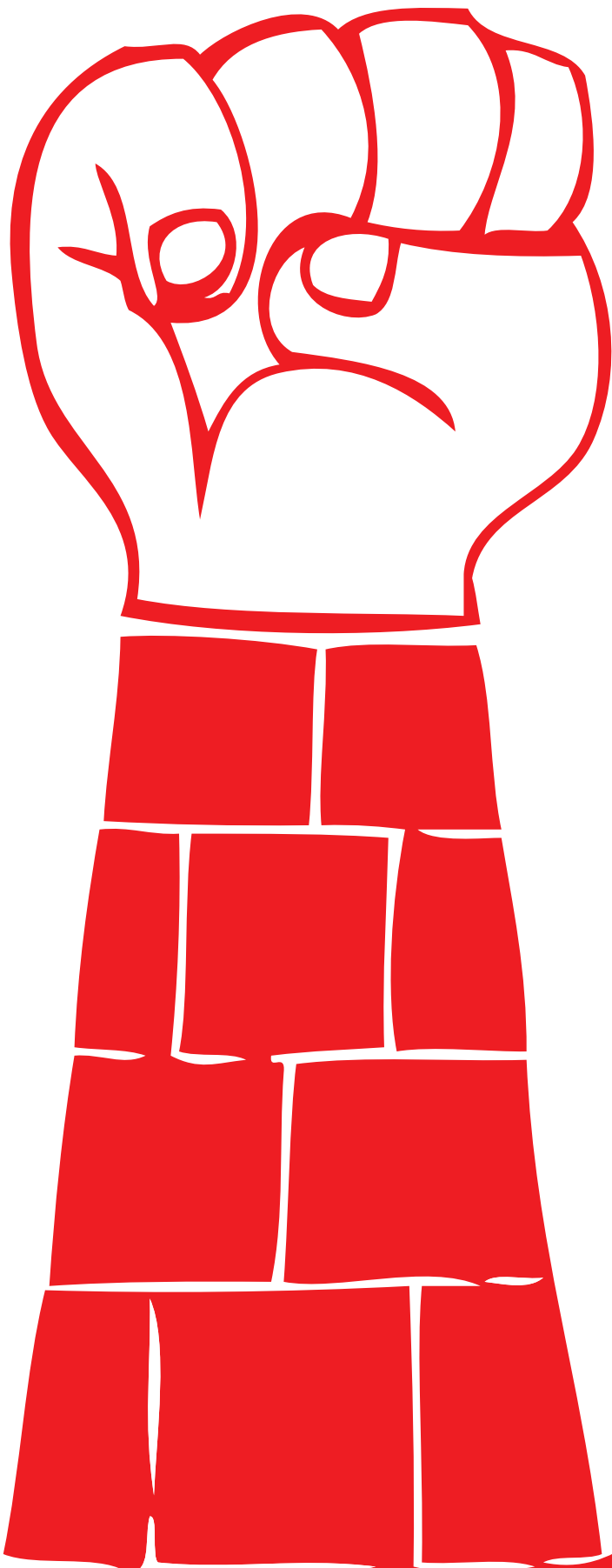
Louis Gruel, sociólogo da Universidade de Rennes, retomou recentemente a tese Boudon-Bourdieu refutando-a ponto por ponto, usando os argumentos que, resumidamente, apresentamos a seguir. Em primeiro lugar, é falso dizer-se que os estudantes estavam perante a desvalorização de diplomas e a ameaça de desemprego. Este só se transformará em inquietação com a crise de 1973 e acabavam de se abrir inúmeras vagas de professores à disposição dos diplomados das universidades. Quanto à despromoção social, esta não era perceptível em 1968: em 1969, 80% dos licenciados com menos de 30 anos eram quadros superiores. É também falso, segundo L. Gruel, afirmar-se que os estudantes “enraivecidos” eram “herdeiros”: há estudos que provam que os militantes da extrema-esquerda eram oriundos de famílias cultas, é certo, mas de condição modesta e que, além disso, apresentavam um percurso escolar acima da média. Não correspondiam, portanto, à imagem de jovens burgueses “falhados”.

É eliminada, deste modo, a tese baseada nas inquietações de carreira que, como sublinha L. Gruel, não se enquadra nem com as reivindicações, nem com os slogans proferidos pelos manifestantes de Maio de 68. Se a questão do desemprego aparece, são, no entanto, raros os cartazes que a mencionam. O que domina as manifestações são os protestos contra a repressão, os apelos à greve e a solidariedade com os operários. As questões universitárias foram rapidamente postas de parte, em benefício de palavras de ordem muito mais abrangentes, visando a transformação da sociedade e a “tomada do poder pelo povo”.

Se considerarmos, como Kristin Ross, que Maio de 68 foi um forte movimento social de tipo bastante clássico, não podemos esquecer, no entanto, a relevância do papel indutor desempenhado pelos jovens, o qual contribuiu para o conteúdo único da crise: contestação de todas as hierarquias e necessidade de se “fazer tábua rasa” do passado. Segundo L. Gruel é precisamente este último aspecto que caracteriza Maio de 68: uma “ruptura com o mundo comum”, declarada por uma classe etária numerosa e obrigada a diferir a sua entrada na vida activa. Esta posição de suspense, a brutalidade da reacção policial, bem como uma cultura jovem emergente, estariam na origem da sua revolta, numa altura em que nada ameaçava o seu futuro imediato. ▶

**Nicolas Journet**  
(tradução de Helena Miranda)

*Texto publicado na revista*  
*“Sciences Humaines” nº 190, Fev.2008*



# **Escola, último bastião de resistência ao espírito de Maio**

**Ao contrário do que é comum pensar-se, as ideias de Maio de 68 pouco influenciaram a instituição escolar, marcada, desde sempre, pela querela entre antigos e modernos.**

Não se diga mais “Senhor Professor”, mas sim “morre, cabra”... Em Maio e Junho de 1968, em França, a agitação estudantil atinge o seu auge e a língua solta-se! Nas universidades, os “enraivecidos” interrompem as aulas e os professores... “Recusamos ser os cães de guarda do capital, dos professores encarregados da selecção – de que são vítimas os filhos da classe operária –, dos sociólogos que fabricam campanhas governamentais, dos psicólogos que põem os trabalhadores a funcionar conforme os interesses do patrão, dos cientistas usados para servir uma sociedade do lucro”, proclamam num dos seus panfletos. Nos liceus formam-se comités de ocupação, de reflexão, que discutem pedagogia, o papel da escola na sociedade, as relações de autoridade... Nas escolas primárias pais e professores debatem...

**LA LUTTE CONTINUE**

Nasce uma contestação radical da pedagogia tradicional, da autoridade e do mandarinato, mas também da função social da escola. O que acontece “nos anos 68” na instituição escolar é indissociável do questionamento generalizado de todas as relações existentes na sociedade, como explica o sociólogo Christian Laval. A “domesticação” das crianças, o “policiamento” dos alunos dos liceus, a “escola caserna”, descrita por Fernand Oury, são acusações aos desígnios de formatação dos indivíduos para empregos que ocuparão mais tarde. No entanto, “esta contestação não goza do arbitrário ou do nihilismo que, por vezes, se lhe atribuiu (...). É provocada pela crise de um determinado regime de poder institucional que acompanhou o nascimento da sociedade capitalista tradicional” e que Michel Foucault analisará em «Surveiller et punir» (1975). “O principal eixo da contestação não foi a recusa individualista de toda a limitação social e institucional, mas a procura de outro tipo de relação social, menos instrumental, mais solidária e cooperativa”, afirma ainda C. Laval.

Autogestão, autodisciplina, não-directividade, pedagogia activa, realização pessoal e espírito crítico, são as palavras-chave dos debates até aos anos 1970, alimentados pelo aparecimento de obras como a de Carl Rogers, apóstolo da não-directividade, ou de Ivan Illich e a sua defesa de uma sociedade sem escola. Em 1971, a tradução de “Crianças livres de Summerhill” onde Alexander Neill, imbuído de psicanálise, descreve o funcionamento da sua escola, isenta de interditos, é um best-seller...

## Dos hussardos aos professores barbudos

Estas componentes libertária e anti-institucional de Maio de 68 serão marcantes. A começar pelos inimigos do movimento. Há 40 anos que muitos intelectuais e políticos, bem como uma grande parte da opinião pública francesa, consideram que todos os males da escola vêm das ideias de Maio de 68: que a autoridade do professor foi arruinada, que a escola se transformou num lugar de divertimento e laxismo, que a escola sacrifica a instrução em benefício da educação...

As análises dos historiadores, no entanto, convidam a atenuar a responsabilidade dos acontecimentos de 68 sobre as transformações ocorridas no ensino. Terminado o acesso de febre revolucionária e as suas, por vezes, exacerbadas manifestações, o que resta de Maio de 68 nas escolas? “Enquanto os alunos abandonam a bata e as estudantes se maquilham e usam calças, os professores marcam a sua adesão ao movimento deixando crescer a barba e tirando a gravata. Fuma-se nos liceus em plena aula e nos corredores. Muda-se a disposição das mesas na sala de aula: os professores de esquerda dispõem-nas em círculo ou quadrado, enquanto os de direita as alinham...”. Segundo Antoine Prost, especialista em História da Educação, a única medida nova, instituída por decreto de Novembro de 1968, é a participação dos delegados dos pais e dos alunos nos Conselhos de Escola, medida que, aliás, levará uma boa dezena de anos a ser aceite.

Na verdade, a reforma pedagógica implementada em Julho de 1968 por Edgar Faure, ministro da Educação, surgiu de uma reflexão anterior, amadurecida nos gabinetes da Vª República. Com o prolongamento da escolaridade obrigatória até aos 16 anos (1959), as autoridades educativas estão convencidas da necessidade de democratizar o ensino. E é o “muito gaulista” Alain Peyrefitte, ministro da Educação, que apresenta, em 1968, um programa de reforma que dá prioridade “à educação sobre a instrução”, afirmando a necessidade de transformar uma relação pedagógica até então demasiado magistral... Na escola, o “terceiro tempo pedagógico”, com as famosas “disciplinas d’*éveil*” que provocaram a fúria dos adeptos da pedagogia tradicional, é experimentado desde 1965, ano de fundação de um Departamento de Investigação Pedagógica que virá a transformar-se no Instituto Nacional de Investigação Pedagógica (INRP). Mas se os movimentos pedagógicos, com origem na nova educação, conheceram algum vigor, só em 1981 aparecerão, por exemplo, os primeiros liceus com autogestão, ideia no entanto cara aos “sessenta-e-oitistas”.

Definitivamente, explica o historiador Claude Lelièvre, “depois de Maio, poucas mudanças”. A maioria das inovações da Lei Faure (como a classificação por letras, A-B-C-D-E) será abandonada durante a década de 1970, quando, com o ministro René Haby, soou o “regresso à ordem”, considerando-se que tinha havido um exagero de inovação.

“Foi o momento da oposição frontal entre os adeptos da instrução e os da educação, entre, posteriormente, republicanos e pedagogos, numa sequência de momentos de calma, seguidos de outros de fogo aberto”, conclui A. Prost. Na verdade, se Maio de 68 mudou a sociedade libertando a palavra, criando relações mais democráticas nas famílias e na sociedade, a instituição escolar poderia bem ser considerada como o último bastião de resistência ao espírito de Maio! ▶

**Martine Fournier,**  
**(tradução de Helena Miranda)**

*Texto publicado na revista  
“Sciences Humaines” nº 194, Jun.2008*

Ilha de Tavira, 26 a 28 de Setembro

## Associação Cónios promove encontro alternativo



Empreender uma reflexão axiológica para a cidadania interventiva e participativa; partilhar conhecimentos e experiências que estimulem a crítica; apresentar práticas e experiências; reflectir sobre teorias e práticas de movimentos alternativos – são os objectivos principais do 1º Encontro Alternativo Internacional, que tem como lema “*Diversidade, Tolerância, Igualdade*”.

Organizado pela Associação Cónios, o evento irá decorrer na Ilha de Tavira, durante os dias 26, 27 e 28 de Setembro. A escolha do local deve-se ao potencial da região em termos turísticos, infra-estruturas de apoio às actividades e recursos naturais – o local faz parte da Reserva Natural da Ria Formosa, é muito popular entre os observadores de aves marinhas e oferece 11 quilómetros de praia com cerca de 700 metros de areia branca e água a temperatura muito agradável.

**Nota:** Cónios (do Latim *conii*) eram os habitantes das actuais regiões do Algarve e do Baixo Alentejo no primeiro milénio antes de Cristo. Sendo intermediários da cultura mediterrânea, terão introduzido pela primeira vez naqueles territórios um sistema de escrita de influência orientalizante.

Com sede em Tavira, a Associação Cónios define-se como promotora de iniciativas solidárias para o desenvolvimento humano.

Segundo estimativas dos organizadores, é esperada a participação de cerca de mil pessoas, principalmente de Portugal e Espanha, representando diversas áreas e interesses, nomeadamente dos movimentos gay/lésbico, de saúde e direitos sexuais e reprodutivos, de educação popular, dos direitos humanos, das medicinas alternativas, esoterismo, etc. Workshops, conferências, mesas-redondas, actividades anti-stresse, sessões culturais, música ao vivo, DJ's e um grande convívio formal, são as propostas da organização. ▶

Informações actualizadas em <http://encontroalternativo.blogspot.com/> e <http://www.associacao-conios.com/assoc/index.php>

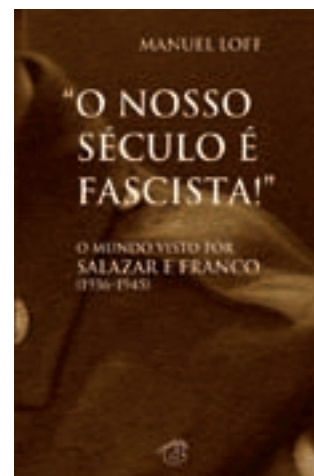
## O mundo de Salazar e Franco

Salazaristas e franquistas julgaram que o século XX seria um século fascista. Uma *Nova Ordem* emergia tanto da repressão que Salazar fez abater sobre *revirahistas* e operários, como das ruínas da Espanha devastada pela Guerra Civil e, sobretudo, das grandes vitórias internacionais que os nazis alemães e os fascistas italianos conseguiram até meados da II Guerra Mundial.

Apresentando uma variedade de provas documentais rara, «O Nosso Século é Fascista: o mundo visto por Salazar e Franco» (Campo das Letras, 2008) ajuda a perceber a natureza intrinsecamente fascista das duas ditaduras ibéricas e como no Portugal e na Espanha dos nossos dias se tornou essencial reagir à vaga branqueadora das experiências autoritárias, cuja recuperação moral e política significa uma séria ameaça à democracia.

Manuel Loff é professor de História Contemporânea na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Doutorada pelo Instituto Universitário Europeu (Florença), tem-se dedicado à investigação em História política, ideológica e social do século XX, com particular incidência na área da construção social da memória da opressão.

Sócio do Sindicato dos Professores do Norte, é co-autor de «De Pinochet a Timor Lorosae. Impunidade e Direito à Memória» (Fundação Humberto Delgado/Edições Cosmos, 2000) e «Portugal, 30 anos de Democracia (1974-2004)» (Universidade do Porto, 2006). ▶







## A ti

Tenho-a na memória.  
Tenho o perfume daqueles traços morenos na alma.  
Sinto o profundo daquele olhar e daquela perfeição.  
Aquele sorriso de luz,  
Aquele alegria.  
É a pessoa que irradia o mundo.  
Nas lembranças está a forma daquela melhor amiga que nunca esqueço.  
Hoje vi-a chorar.  
Hoje vi-a perder o solo que a sustenta.  
E sentia, sentia eu que o céu gelava,  
Que a água já não corria, que a natureza já não vivia.  
Ficava minha alma só na posição de casa acolhedora.  
Só para lhe dar conforto, só para lhe dar calor.  
A menina de cabelos bonitos e olhos escuros  
Já não brilhava, já não fluía.

Oh minha doce criança que me dás o tempo,  
Por onde te perdeste?  
Quero-te bem, quero dar-te um pouco do amor que me dás.  
Diz-me como te ajudar,  
Diz-me como te trazer de volta da memória para mim, para nós.  
Berra comigo!  
Brame qualquer tipo de dor!  
Minha pequenina, vê o sítio que nas lembranças me criaste.  
Faz-te a vida outra vez.  
Espero pela metamorfose da minha borboleta.  
Assim aguardo que te acolhas de volta nas minhas memórias.  
Tu és a menina mais bonita do mundo.

*Ana Pereira*

Ilustração: Isto É Pedro Lino

**Narrativas** pretende ser um espaço de expressão pessoal e criativa para os leitores da «SPN-Infomação», professores ou não. Por norma, os textos – a enviar por correio postal para a Redacção da revista ou para [spninfo@spn.pt](mailto:spninfo@spn.pt), sempre com a indicação de um contacto telefónico e a menção “para publicação em Narrativas” – não deverão exceder 2.500 caracteres (eventualmente, poderão ser aceites fotografias e realizações plásticas ou outras). Os autores poderão preservar a sua identidade, solicitando a utilização de pseudónimo. A autenticidade da autoria dos trabalhos enviados é da exclusiva responsabilidade dos remetentes, reservando-se a «SPN-Infomação» o direito de os publicar ou não.



## O Leste no nordeste...

O IX Festival Intercéltico de Sendim (Miranda do Douro) vai decorrer, como já é de tradição, no primeiro fim-de-semana de Agosto – este ano com a novidade de o cartaz integrar propostas musicais do Leste europeu (Hungria e Ucrânia), além de portugueses, galegos, asturianos e escoceses.

A abrir as hostes, no dia 1, sobem ao palco do Parque das Eiras os **Ginga** – banda folk-rock, originária de Coimbra, vencedora do concurso espanhol Eurofolk. A noite continua com **Skanda** – projecto musical das Astúrias, na linha de nomes como Tejedor e Llan de Cubel – e acaba com os galegos **Luar na Lubre**, onde pontifica a voz da portuguesa **Sara Vidal** (foto dir.), que deverão interpretar o seu recente “Camiños da Fin da Terra” (2007).

A segunda noite vai ser dominada pelos sons vindos de Leste, desde logo com a que alguns críticos apontam como podendo vir a ser a revelação do Intercéltico – os húngaros **Kerekes Band** (foto esq.). Na mesma linha de combinação de géneros musicais (rock, funk, hip-hop e o que mais se verá), seguem-se os **Voanerges**, da Ucrânia, e, a fechar o programa principal, os **Shooglenifty** prometem muita animação, com o “perfume” de qualidade que as bandas escocesas normalmente exalam.

No domingo, dia 3, e depois de celebrada a tradicional Missa Céltica, ainda haverá tempo para apreciar o autoproclamado *rock agrícola* dos locais **Pica Tumilho**, que assim repetem a participação no festival organizado pelo Centro de Música Tradicional Sons da Terra.

Mas o Intercéltico de Sendim não se esgota nos concertos do Parque das Eiras, proporcionando diversos outros eventos, entre os quais as *poderosas* noitadas na Taberna dos Celtas, onde todo o caos é possível, a par da mais inocente harmonia. ▶

**Informações:** [www.intercelticosendim.com](http://www.intercelticosendim.com) | 273 739 148



## ... E o rock de volta à aldeia

No mesmo fim-de-semana, e a alguns quilómetros de Sendim, o Carviçais Rock (Torre de Moncorvo) regressa ao antigo campo de futebol da aldeia, onde o festival nasceu há 12 anos.

Após um ano de interregno, a edição de 2008 está marcada para 2 e 3 de Agosto. Com entrada livre, as bandas em cartaz são todas portuguesas. Mas a Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Carviçais (ACDRC), que organiza o evento, diz ter escolhido “algumas das melhores para abrilhantar as noites da aldeia”.

**Dia 2:** Rádio Macau (foto esq.), Blind Zero, Slimmy, Duff e DJ Frittus Potatoes Suicide

**Dia 3:** Blasted Mechanism, X-Wife, Trabalhadores do Comércio (foto dir.), Myula e DJ Pasta. ▶

**Informações:** 279 939 595 (ACDRC)



Neta espécie de hibernação para ver passar as marchas populares e vibrar com as progressões geométricas da equipa das quinas no Euro 2008 – e agora me dou conta de que não conheço o *petit nom* nem a mascote dos *scolaris*; ter-se-ão esquecido? –, parecem escassear *fait-divers* de relevo na pátria lusa.

O disparate dos preços dos combustíveis e dos cereais já não surpreende – quem continua a lixar-se é o mexilhão, no fim da linha do consumo. A paralisação dos pescadores acabou por não ter grandes reflexos gastronómicos – afinal, a malta já estava “habituada” aos congelados. Quanto ao bloqueio dos transportadores rodoviários, lá se resolveu sem as consequências do aparatoso buzirão de há anos. E até a saudosa (sim, sim) Manuela Ferreira Leite tem passado discreta pela liderança do tri-partido laranja...

Neste Estado vegetativo, o *frisson* foi provocado pela nega da Irlanda ao Tratado de Lisboa, que tantas fotografias rendeu a Sócrates & C<sup>a</sup>. Ao contrário do que por cá se passa – o prometido é de vidro, portanto quebra-se –, lá na ilha, o referendo não existe apenas para adornar a democracia. Vai daí, *meia-dúzia* de indígenas deram um piparote no *bla-bla* da Europa social, negociada à revelia dos europeus nos recatados gabinetes dos eurocratas. Que agora se afadigam na tentativa de contornar a ordem jurídica e subverter a decisão democrática.

Entretanto, parece que ninguém pretende tirar consequências de um facto ocorrido uma semana antes de os 800 e tal mil irlandeses terem inviabilizado (*de jure*) o tratado “de Lisboa” – nessa Lisboa europeia, 200 mil portugueses (quase 1/4 dos irlandeses) desfilaram na Avenida da Liberdade, protestando contra a revisão da legislação laboral em curso e exigindo novas políticas. Confrontado com a mega-manifestação, o primeiro-ministro desvalorizou o número; como a inefável Maria de Lurdes tinha feito em Março, face aos 100 mil professores que ali desfilaram.

Notas finais para o galarim:

- os números não interessam, proferem com sacra arrogância. OK! Mas depois não se queixem dos maus resultados em Matemática...
- a diversidade e pluralidade de opinião não importam, habituados que vamos ficando a que decidam por nós. O “centralismo democrático” democratizou-se, varrendo da mais pequena organização ao pluri-Estado comunitário...
- obrigado, Irlanda, por te teres pronunciado por nós – pelo menos por mim, fiel devoto da tripla destilação...

E siga a rusga!

António Baldaia

## Os dias da *cacoeira*



*nesta edição*

- a abrir
- 02. **No Dia Mundial da Criança**
- editorial
- 03. **Manter o rumo**
- acção reivindicativa
- 05. **Governo penaliza alunos com NEE**
- 06. **Caminhos de contestação ao novo regime (autonomia e gestão)**
- 08. **São urgentes novas políticas**
- do superior
- 11. **Gago responde, mas não quer negociar**
- 12. **Maió, 2008**
- notícias spn
- Concluído o processo eleitoral para o triénio 2008-2011, o SPN vai continuar ao serviço dos educadores e professores, da educação e da escola pública.*
- 18. **Lista S venceu eleições para os corpos gerentes do SPN**
- 19. **Saudações**
- 20. **Aposentados foram à Tunísia / Bragança vai à ExpoZaragoza 2008**
- legislação
- 21. **Avaliação do desempenho**
- internacional
- A OIT estima que o trabalho infantil afecte cerca de 165 milhões de crianças, muitas delas cumprindo longos horários de trabalho em condições deploráveis e correndo risco de vida. A escolaridade obrigatória e gratuita é um importante contributo no combate a esta forma de exploração.*
- 22. **Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil**
- em foco
- Manifestações, greves e ocupação de fábricas fazem parte do repertório histórico dos movimentos operários. Mas, ao contrário do que é comum pensar-se, as ideias do Maio de 68 pouco influenciaram a instituição escolar.*
- 24. **Porque se revoltaram os estudantes?**
- 26. **Escola, último bastião de resistência ao espírito de Maio**
- divulgação
- 28. **Associação Cónios promove encontro alternativo / O mundo de Salazar e Franco**
- narrativas
- 29. **A ti**
- apostas spn
- 30. **Festivais de Verão**
- a fechar
- 31. **Os dias da cacoeira**